

Avaliação em Educação Musical: um olhar investigativo a partir dos documentos oficiais

MODALIDADE: COMUNICAÇÃO

SUBÁREA: Educação Musical

Kadja Marluan da Silva Nascimento
UFRN
kadjamarluan@hotmail.com

Resumo: O presente artigo é um recorte de uma dissertação de mestrado que está em andamento. Diante das experiências enquanto professora na educação básica foi possível perceber o quanto ainda é necessário ter um olhar mais atencioso para a avaliação musical na escola, partindo do princípio de que a avaliação está completamente ligada à aprendizagem dos alunos. Esse artigo tem como objetivo analisar documentos oficiais que regem o a Educação Básica Brasileira contribuindo para o reconhecimento da importância da avaliação no processo de ensino-aprendizagem, em especial na Educação Musical em escolas básicas. Para o artigo foi utilizada a pesquisa bibliográfica (Sousa *et all*, 2021) e para a fundamentação teórica foram utilizados trabalhos como de Swanwick (2003); Borne; Beltrán (2017), Salvador (2019), Del Ben (1996), França (2014), Menezes (2010), entre outros, que foram basilares nas reflexões e análises propostas pela pesquisa.

Palavras-chave: Avaliação; Habilidades; Competências.

Title: Assessment in Music Education: An Investigative Look From Official Documents.

Abstract: This article is a clipping of a master's thesis that is in progress. In view of the experiences as a teacher in basic education, it was possible to perceive how much it is still necessary to have a more attentive look at musical evaluation at school, based on the principle that evaluation is completely linked to student learning. This article aims to analyze official documents that govern the Brazilian Basic Education contributing to the recognition of the importance of evaluation in the teaching-learning process, especially in Music Education in elementary schools. For the article, bibliographic research was used (SOUSA; et all, 2021) and for the theoretical foundation works such as Swanwick (2003); post; Beltrán (2017), Salvador (2019), Del Ben (1996), França (2014), Menezes (2010), among others, were fundamental in the reflections and analyzes proposed by the research.

Keywords: Assessment; Skills; Competence.

INTRODUÇÃO

A prática “formal” da avaliação, especificamente no contexto escolar, implica subjetividades como analisar e investigar a aprendizagem dos alunos e o ensino através dos resultados obtidos em testes regulares durante o ano letivo, para que assim as tomadas de decisões sejam em prol da melhoria do processo de ensino-aprendizagem, validando a relevância do momento da avaliação dos estudantes.

Diante das experiências enquanto professora na educação básica foi possível perceber o quanto ainda é necessário ter um olhar mais atencioso para a avaliação musical na escola. Partindo do princípio de que a avaliação está completamente ligada à aprendizagem dos alunos e que os instrumentos avaliativos utilizados poderão dar as respostas que precisamos para medir/analisar/investigar o avanço na aprendizagem de cada sujeito escolar, pois, como considera Sant'Anna, a:

Avaliação é um processo pelo qual se procura identificar, aferir, investigar e analisar modificações do comportamento e rendimento do aluno, do educador, do sistema, confirmando se a construção do conhecimento se processou, seja este teórico (mental) ou prático. (SANT'ANNA, 2014, p. 31)

O procedimento avaliativo, dessa forma, permite ao professor a sondagem da aprendizagem dos alunos, proporcionando uma forma de adquirir e conferir evidências concretas para o progresso da aprendizagem. Ressaltando que, através dessa ferramenta pode-se realizar uma análise e organizar o processo de aprendizagem, buscando bons resultados para um novo momento desse processo.

Este artigo é um recorte de uma pesquisa de mestrado ainda em desenvolvimento, integrando minha dissertação. O texto, em particular, tem como objetivo analisar os documentos oficiais que regem a Educação Básica Brasileira contribuindo para o reconhecimento da importância da avaliação no processo de ensino-aprendizagem, em especial na Educação Musical.

Metodologicamente este texto orienta-se por meio da revisão da literatura, entendida aqui como o “levantamento ou revisão de obras publicadas sobre a teoria que irá direcionar o trabalho científico” tendo como objetivo “reunir e analisar textos publicados, para apoiar o trabalho científico” (Sousa *et all*, 2021, p. 66). É, portanto, uma forma de garantir e respaldar a cientificidade do estudo desenvolvido, auxiliado por um montante de conhecimento já produzido.

Para refinar a busca, realizada em Janeiro de 2022, utilizei o mecanismo *Google Scholar*, definindo os descritores e período no qual os trabalhos foram escritos, entre o ano de 2010 a 2022. Para os descritores, selecionei termos, como avaliação da aprendizagem, avaliação em música, instrumentos avaliativos, critérios avaliativos, que considerei importantes a partir da experiência que já havia tido com o objeto pesquisado e outras que foram acrescentadas no decorrer da busca.

Também foram utilizados os documentos oficiais da Educação, acessados através do portal do Ministério da Educação (MEC), A Base Comum Curricular (BNCC), Parâmetros Curriculares (PCN's) e a Lei de Diretrizes Curriculares (LDB).

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM EM ALGUNS DOCUMENTOS OFICIAIS BRASILEIROS

Ao discutir sobre aspectos da educação básica brasileira, percebo a necessidade de trazer e analisar brevemente como o objeto desta investigação, a avaliação, é abordado nos documentos oficiais que orientam as políticas e práticas nas escolas. Não irei me ater a uma escala de análise, mas em propor reflexões sobre como se norteiam e se dão os direcionamentos em torno do processo avaliativo nos documentos.

Um dos documentos principais e que é alvo de muitas discussões entre professores da rede pública e privada é a atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A BNCC carrega um conjunto de reflexões atualizadas em torno de diferentes áreas da Educação Básica, apontando outros horizontes nas discussões e práticas de antigos documentos, que de certa forma não atendem as necessidades que as escolas, professores e alunos vivem atualmente. Como está expresso no documento,

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2018, p.7).

No documento menciona que as aprendizagens essenciais, propostas para cada nível da Educação Básica devem garantir aos alunos o desenvolvimento de dez competências gerais que são apresentadas no início do texto normativo. Tais competências interligam todo o processo de ensino-aprendizagem, como os conteúdos abordados, entretanto não apontam os caminhos para a verificação do desenvolvimento destas aprendizagens.

O documento permite ao leitor perceber a preocupação da base com o desenvolvimento integral do aluno, tornando-os sujeitos críticos, autônomos, conscientes, responsáveis, e que consigam aplicar conhecimentos para resolver problemas. É do caráter do documento reforçar o compromisso com a educação integral, reconhecendo, dessa forma que:

[...] a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades (BRASIL, 2018, p.14).

Nessa outra percepção de aluno e do conhecimento, penso em como o processo avaliativo pode contribuir para o desenvolvimento de uma Educação integral do sujeito idealizado pela BNCC. Jesus e Magalhães (2021, p.5) escrevem que, de acordo com a base, “a avaliação da aprendizagem é uma ferramenta no processo educativo que precisa atender às prerrogativas apontadas pela Base, visto que são questões que se relacionam todo o tempo”.

A avaliação precisa conduzir o aluno ao desenvolvimento das competências, entendidas pela BNCC como,

[...] a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL, 2018, p.8).

O documento não aprofunda as questões que envolvem o processo avaliativo, apresenta apenas um pequeno parágrafo sobre o assunto, indicando que os currículos escolares da Educação Básica precisam:

Construir e aplicar procedimentos de avaliação formativa de processo ou de resultado que levem em conta os contextos e as condições de aprendizagem, tomando tais registros como referência para melhorar o desempenho da escola, dos professores e dos alunos [...] (BRASIL, 2018, p.17).

Neste recorte, os resultados da avaliação direcionam a melhoria do desempenho e envolvimento de toda comunidade escolar, exigindo, portanto, um olhar inovador e ampliado para colaborar com o desenvolvimento integral dos alunos, além de esclarecer que o processo/prática avaliativa precisa considerar os diversos contextos e condições dos alunos, isto é, há uma necessidade de elaboração de instrumentos avaliativos diversificados que possam atender as demandas vigentes em sala de aula. Mesmo se tratando de um trecho curto para a complexidade do processo avaliativo para verificação da aprendizagem escolar, percebo que de certa forma, exige também do professor o reconhecimento dos tipos de avaliações formativas,

como construí-las e empregá-las para que de fato, elas possam colaborar para o desenvolvimento do aluno.

Analisando outro documento, o tema avaliação aparece mais vezes, entretanto, ainda de forma sucinta. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96) é a legislação que regulamenta o sistema educacional desde a educação básica ao ensino superior brasileiro, seja da rede pública ou privada, além de reafirmar o direito a educação e estabelecer os princípios da educação brasileira.

No artigo 24 da LDB são apresentadas regras para a organização da Educação Básica nos níveis fundamental e médio. Tais regras estão direcionadas, por exemplo, a carga mínima anual, permitindo as escolas à organização de um conjunto de alunos de séries distintas, mas com níveis equivalentes de adiantamento de matéria para o ensino dos componentes curriculares.

E se tratando de avaliação, especificamente no inciso V são expostos critérios para a verificação do rendimento escolar, determinando que a avaliação aconteça de forma contínua e cumulativa deixando claros que os aspectos qualitativos prevaleçam sobre os quantitativos. Da mesma forma, é necessário que ocorra com os resultados obtidos pelos alunos ao longo do ano na escola, devendo ser mais valorizados que as eventuais notas finais, (BRASIL, 1996).

Essa forma de avaliar, não está preocupada apenas com a nota, que o aluno obtém no final de um período ou com sua classificação, afinal, o termo nem aparece no documento, mas prioriza a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, se tornando desafiadora, pois exige também uma mudança no âmbito social, já que a sociedade ainda pratica a pedagogia do exame mais do que a avaliação da aprendizagem nas escolas (LUCKESI, 2011). Ademais, ainda pode existir uma confusão social sobre o ato de examinar e o de avaliar na escola. Para diferenciar essas condutas Luckesi (2011, p.29 grifo do autor) escreve que “basta lembrar sucintamente que o ato de examinar se caracteriza, especialmente (ainda que tenha outras características) pela *classificação e seletividade* do educando, enquanto que o ato de avaliar se caracteriza pelo seu *diagnostico e pela inclusão*”.

A partir dessa definição, o exame é percebido como um processo que classifica os alunos, logo, não se encaixa com a perspectiva avaliativa como também com a prática educativa proposta na LDB de 1996. O ato de examinar foi herdado do sistema de ensino estabelecido ao longo dos anos, e por vezes, professores repetem na prática o que foi ensinado e/ou feito a eles quando estavam na escola ou no ensino superior. Para que a avaliação exerça o papel de estar a serviço da aprendizagem é importante que os professores conheçam os níveis de aprendizagem dos alunos, busquem soluções para ajudá-los, como também as direcionem a

atender as necessidades de desenvolvimento das habilidades e competências propostas pela BNCC. Luckesi (2011) é incisivo ao afirmar que os educadores precisam ter o desejo e investir tempo na aprendizagem da avaliação.

Ao tratar de direitos e objetivos de aprendizagem no ensino médio, o artigo **35. A** da LDB traz no parágrafo 8 o seguinte, “Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação processual e formativa serão organizados nas redes de ensino por meio de atividades teóricas e práticas, provas orais e escritas, seminários, projetos e atividades on-line [...] (BRASIL, 1996, p.25). Mesmo se tratando de um parágrafo específico para o ensino médio, ocorre a necessidade de variadas formas de avaliar e instrumentos avaliativos diversificados para serem aplicados na sala, em razão de que os alunos possuem suas especificidades de aprendizagens, então é necessário que o professor organize, pesquise, crie e pratique instrumentos avaliativos que atendam as demandas que surgem no desenvolvimento de habilidades e competência proposta na BNCC. Vejo a necessidade do trecho ser repensado também para o ensino fundamental. Um jardineiro não utiliza dos mesmos procedimentos para tratar as diversas flores existentes no jardim. Primeiro ele as reconhece e investiga qual é a melhor forma de ajudá-las a crescer, assim deve-se pensar com os alunos, os melhores instrumentos/procedimentos avaliativos que os auxiliem no desenvolvimento escolar e social, visando as proposta de construção de cidadão da BNCC.

Outro documento que me pareceu importante analisar foi Parâmetros Nacionais Curriculares (PCNs), mesmo se tratando de um documento que não é mais tão considerado por profissionais da educação, os PCNs abordam a avaliação de forma cuidadosa. Os PCNs foram desenvolvidos pelo Ministério da Educação (MEC) nos anos de 1997 e 1998, sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional e buscar melhorias da qualidade da educação brasileira (BRASIL, 1997).

O documento de 1997 instroduz aos Parâmetros Nacionais Curriculares. Ao iniciar a leitura na seção “Organização dos parâmetros Curriculares”, encontrei os indícios de como a avaliação é considerada no PCN,

[...] como elemento favorecedor da melhoria de qualidade da aprendizagem, deixando de funcionar como arma contra o aluno. É assumida como parte integrante e instrumento de auto-regulação do processo de ensino e aprendizagem, para que os objetivos propostos sejam atingidos. A avaliação diz respeito não só ao aluno, mas também ao professor e ao próprio sistema escolar. (BRASIL, 1997, p.47)

O trecho citado reafirma o que os outros documentos já sinalizaram, entretanto algo relevante a ser comentado nas informações, seria o fator que a avaliação não deve funcionar como uma armadilha contra o aluno, uma frase potente de ser lida. Para visualizar atitudes assim, basta relembrar os momentos avaliativos que presenciamos na nossa própria formação básica. A temida prova deixa muitos alunos apreensivos e nervosos, o que pode ter deixar marcas – entendidas aqui memórias negativas - que carregam até a formação superior.

A avaliação, no recorte do documento acima, necessita ser compreendida com um artifício regulador que beneficia a aprendizagem dos alunos, desfazendo os paradigmas que a incube enquanto ferramenta de “tortura” dos professores para com os seus alunos. É válido, portanto, que os alunos saibam/entendam que a avaliação não é para assustá-los, mas para ajudá-los em seu desenvolvimento escolar.

Um pouco mais à frente, em algumas folhas dedicadas somente Avaliação, é reafirmada a concepção desta dentro do PCN, que está além da visão tradicional, que foca no desenvolvimento escolar do aluno apenas com notas, por exemplo, mas uma avaliação como um elemento integrante e essencial, alimentando, investigando e sustentando o processo educacional e futuras intervenções pedagógicas (BRASIL, 1997). Sobre a oportunidade que a avaliação traz para o professor, o documento diz o seguinte,

[...] subsidia o professor com elementos para uma reflexão contínua sobre a sua prática sobre a criação de novos instrumentos de trabalho e a retomada de aspectos que devem ser revistos, ajustados ou reconhecidos como adequados para o processo de aprendizagem individual ou de todo grupo. (BRASIL, 1997, p.55)

A avaliação deve auxiliar efetivamente o professor na reorganização e acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem, estimulando a reflexão e a melhoria da sua prática educacional. Já para o aluno, a avaliação deve servir como uma ferramenta de conscientização do seu desenvolvimento educacional, suas conquistas, desafios e organizar meios para alcançar o objetivo da sua aprendizagem (BRASIL, 1997). O documento ainda, cita que para escola a avaliação “possibilita definir prioridades e localizar quais aspectos das ações educacionais demandam maior apoio” (BRASIL, 1997, p.55). Desse modo, vale ressaltar, que nos trechos citados, a avaliação não está apenas envolta do aluno, mas de todos que estão envolvidos no processo, incluindo desde o professor até a escola.

No mesmo documento, existe uma seção intitulada “Orientações para avaliação”. Ao realizar a leitura considere refletir alguns trechos interessantes desta para compreender melhor como o PCN sinaliza como deve ocorrer o desenvolvimento da avaliação nas práticas

corriqueiras escolares. Partindo desse sentido, um elemento válido na temática da avaliação é introduzido nesta seção do documento, a necessidade e importância com a heterogeneidade dos instrumentos avaliativos,

É fundamental a utilização de diferentes códigos, como o verbal, o oral, o escrito, o gráfico, o numérico, o pictórico, de forma a se considerar as diferentes aptidões dos alunos. Por exemplo, muitas vezes o aluno não domina a escrita suficientemente para expor um raciocínio mais complexo sobre como compreende um fato histórico, mas pode fazê-lo perfeitamente bem em uma situação de intercâmbio oral, como em diálogos, entrevistas ou debates (BRASIL, 1997, p.67).

O documento incentiva um cuidado com as especificidades nas formas de aprendizagens dos alunos em sala que devem ser atendidas por meio dos instrumentos avaliativos, e ainda, considerando essas preocupações, designa algumas formas para que os professores possam avaliar: a observação sistemática, mas aponta que deve-se utilizar instrumentos que auxiliem essa observação; análise das produções dos alunos, considerar as variadas atividades realizadas em sala, como texto, por exemplo; e atividades específicas para avaliação, relacionada à objetividade dos alunos sobre a exposição de um tema ou a responder um questionário (BRASIL, 1997).

Assim como os instrumentos avaliativos e as formas de avaliar são expostas no PCN, no final da temática da Avaliação, o documento ainda reflete sobre critérios avaliativos, afirmando a sua importância no processo avaliativo, pois,

[...] explicitam as expectativas de aprendizagem, considerando objetivos e conteúdos propostos para a área e para o ciclo, a organização lógica e interna dos conteúdos, as particularidades de cada momento da escolaridade e as possibilidades de aprendizagem decorrentes de cada etapa do desenvolvimento cognitivo, afetivo e social em uma determinada situação, na qual os alunos tenham boas condições de desenvolvimento do ponto de vista pessoal e social (BRASIL, 1997, p. 58).

Compreende-se que os critérios avaliativos auxiliam na sinalização das aprendizagens que os alunos precisam desenvolver, servindo como uma espécie de trilha formativa, que se encerra na compreensão e desenvolvimento da atividade que está conduzindo para aquilo que é fundamental dentro de um determinado conteúdo ou tema. Os critérios, a esse modo, programam e conduzem o desenvolvimento das aprendizagens essenciais, das habilidades e também das competências.

PENSAR EM AVALIAÇÃO EM MÚSICA PARA O DESENVOLVIMENTO DE APRENDIZAGENS

O diálogo proposto no tópico anterior me leva a pensar em possibilidades potenciais para a utilização da avaliação na Educação Musical, enquanto ferramenta reguladora do processo de ensino-aprendizagem, rompendo com os estereótipos em torno desse artifício ainda necessário no sistema educacional brasileiro. Para tanto, essa seção buscará aprofundar discussões sobre o papel da avaliação e o desenvolvimento de habilidades musicais.

Na área da Educação Musical, alguns autores discutem essa temática, trazendo reflexões teóricas e situações de práticas avaliativas, Swanwick (2003), Salvador (2019) Roldão; Ferro (2015), Menezes (2010), França (2014), Del Ben (1996), Borne; Rueda-Beltrán (2017), entre outros que podem ser encontrados na literatura.

Na dissertação de Del Ben (1996), por exemplo, a investigação está focada na visibilidade de utilizar o Modelo Espiral de Desenvolvimento Musical de Swanwick como forma de critério de avaliação para apreciação musical de crianças e jovens brasileiros com faixa etária entre seis a quatoze anos. Através da prática do modelo Espiral, Del Ben percebe algumas lacunas referentes aos critérios de avaliação da apreciação musical, nas fases sensorial, manipulativo, expressão pessoal e vernáculo – elaborados por Swanwick.

Outro trabalho que traz a temática como discussão é Salvador (2019). O estudo de caso foi realizado durante sete semanas em aulas de música no ensino fundamental. A autora utilizou observações, reflexões, entrevistas e acesso aos diários da professora para obter dados em sua pesquisa. E teve como objetivo examinar como uma professora de música - Sra. Stevens – utilizou os resultados das avaliações para individualizar a instrução em uma sala de aula. As perguntas norteadoras para o estudo foram: quando e como a Sra. Stevens avaliou a música de cada aluno? Como ela pontuava ou acompanhava o que os alunos sabiam e podiam aprender na música? E qual o impacto da avaliação da instrução individual?!

Na análise dos documentos oficiais, a avaliação é apresentada como um caminho de verificação para o melhoramento do processo de ensino-aprendizagem nas escolas.

Scott (2012) afirma que,

A avaliação para aprendizagem representa uma perspectiva construtivista em que os alunos, como alunos ativos, use o *feedback* da avaliação para estender seus níveis atuais de compreensão. Os professores usam as informações executadas por meio da avaliação para modificação da instrução para atender às necessidades dos alunos. Portanto, a avaliação assume um papel formativo

através de sua integração com a instrução (SCOTT, 2012, p.32 tradução nossa)¹.

Nessa perspectiva, a avaliação não se preocupa apenas verificar se os alunos memorizam um conjunto de conteúdos, mas, além disso, como através dos resultados obtidos na avaliação, eles entendam seus níveis de aprendizagem e busquem caminhos, junto ao professor, para melhorá-los. É o entendimento da “avaliação como elemento integrador de regulação do processo de desenvolvimento curricular” (ROLDÃO; FERRO, 2015, p.573).

Ao se preocupar apenas com notas classificatórias, o professor, toma para si uma posição que prejudica seu aluno, visto que este se esforça para alcançar o objetivo de suas aulas em curto prazo, ao invés de focar, em longo prazo, no domínio de habilidades e competências musicais, pois se sabe que cada aluno tem o seu tempo de desenvolvimento. Aqui não quero dizer que as notas não são importantes até porque elas ainda fazem parte de um sistema, mas estas não resultam/mostram todo conhecimento adquiridos pelos alunos, sendo necessário encontrar outros caminhos de verificação.

Para Solís (2012), avaliação em música deve gerar “uma mudança”, tanto no aluno quanto no professor, onde há papéis bem definidos dentro desse processo. O professor precisa reconhecer as potencialidades e fragilidades de seus alunos ao propor uma ferramenta de verificação, prezando pela clareza e respeitando os diferentes níveis de desempenho em suas classes. Solís reforça que para o professor esse é o momento de questionar sua práxis, propor ajustes “o que for necessário para garantir maior quantidade e qualidade de oportunidades para a aprendizagem” (SOLÍS, 2012, p. 5; tradução nossa²).

Avaliar em Educação Musical não é algo fácil, além dos sujeitos do processo tentarem desempenhar avaliações que estejam em prol do desenvolvimento de habilidades e competências, considerando os documentos oficiais, a educação musical lida com a subjetividade. Sobre isso, Borne e Rueda-Beltrán dizem que:

Talvez se pensarmos na música e na música como uma prática abstrata e etérea - no sentido de que o som não tem corpo concreto - percebemos que avaliar a aprendizagem em música é uma tarefa que exige muito de quem avalia, pois nem todos as habilidades artísticas ou musicais podem ser vistas quando transcritas em uma folha, em um slide, em um esquema; grande parte da

¹ Texto original: Assessment for learning represents a constructivist perspective in which students, as active learners, use assessment feedback to extend their current levels of understanding. Teachers use the information gained through assessment to modify instruction to meet the needs of individuals. Thus, assessment takes on a formative role through its integration with instruction.

² Texto original: [...] lo que sea necesario para asegurar la mayor cantidad y calidad de oportunidades para el aprendizaje [...]

música é avaliada enquanto há um fenômeno sonoro, isto é, durante a duração do som (BORNE; RUEDA-BELTRÁN, 2017, p.134, tradução nossa³).

Para subsidiar esse olhar até então abstrato, recorre-se ao desenvolvimento de instrumentos avaliativos que, por meio do estabelecimento de critérios, permitirá ao avaliador e ao avaliado, a possibilidade de se chegar a uma checagem do desenvolvimento de suas habilidades. À vista disso, na educação musical, o processo avaliativo deve ser pensando como possibilidade de auxílio do professor, para que assim o aluno, sujeito desse processo, consiga desenvolver suas competências musicais, ou seja, aprender a agir/praticar a partir do conhecimento construído.

BREVES CONSIDERAÇÕES

Esse artigo é um recorte de uma pesquisa de mestrado que está em andamento e tem como objeto de estudo a avaliação na Educação Musical. É importante lembrar que a música é igual a qualquer outro campo de conhecimento curricular, trabalhando com conteúdos específicos para cada série, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e esses conteúdos devem ser desenvolvidos e avaliados durante todo o processo.

Ao longo do discurso deste recorte percebeu-se que a Educação Musical, por ser subjetiva e abstrata, torna-se um campo com desafios em torno do processo avaliativo. Esses elementos interferem nos resultados avaliativos dos alunos e conseqüentemente nas tomadas de decisões dos professores. Freitas (2018) julga necessário que as propostas avaliativas em música ultrapassem tanto a “aceitação passiva da subjetividade inerente ao gesto artístico, quanto à tendência de tornar objetivo algo essencialmente ambíguo, como é a significação dos fatos artísticos” (FREITAS, p.10, 2018), evitando dessa forma a tomada de decisão precipitada e práticas incoerentes com os níveis de aprendizagens dos alunos.

A avaliação, como vista nos documentos oficiais deve servir a aprendizagem dos alunos, auxiliando-os no desenvolvimento de habilidades e competências conforme direciona a BNCC.

Para encerrar, por hora, trago um último apontamento feito por França (2010), onde nos é dito que “nós temos conteúdos, habilidades e competências, assim como as demais áreas

³ Texto original: a vez si pensamos la música y el quehacer musical como una práctica abstracta y etérea – en el sentido de que el sonido no tiene cuerpo concreto– percibimos que evaluar el aprendizaje en música es una tarea que exige mucho de los que evalúan, pues no todas las habilidades artísticas o musicales se logran ver al transcribirse en una hoja, en una diapositiva, en un esquema; gran parte de la música se evalúa mientras hay un fenómeno sonoro, esto es, durante la duración del sonido.

do conhecimento, que podem ser avaliados objetivamente sem que a integridade da experiência musical – que nos move, comove e arrepia – seja comprometida” (FRANÇA 2010, p. 95). Avaliar é possível e, ainda, indispensável no fazer pedagógico dos professores, seja qual for o componente curricular, cabe agora um momento de pausa e reflexão objetivando uma avaliação em prol do desenvolvimento dos alunos na Educação Musical, que mobilize o nosso fazer, analisando, refletindo e propondo ferramentas que ajudem os sujeitos do processo.

Referências

BORNE, Leonardo; RUEDA-BELTRÁN, Mário. Evaluación en educación musical. Tensiones antiguas, discusiones contemporáneas. **Revista Abem**, Londrina, v. 25, n. 28, p. 123-138, jan. 2017

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 2. ed. Brasília, jun. 2018.

BRASIL. **Introdução Aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, 1997.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares: Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental**. Brasília, 1998

DEL BEN, Luciana Marta. **A utilização do modelo espiral de desenvolvimento musical como critério de avaliação da apreciação musical em um contexto educacional brasileiro**. 1996. 249 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Música, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996. Cap. 5

FREITAS, Alexandre Siqueira de. Avaliar é desvendar metáforas: reflexões sobre avaliação em Educação Musical. *Revista Vórtex*, Curitiba, v.6, n.3,2018, p. 1-17.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 2013.

ROLDÃO, Maria do Céu; FERRO, Nuno. O que é avaliar? Reconstrução de práticas e concessões de avaliação. **Estudos em Avaliação Educacional: Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 26, n. 63, p. 570-595, set. 2015. Quadrimestral. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/3671>.

SALVADOR, Karen. Assessment and individualized instruction in elementary general music: A case study. **Research Studies In Music Education**, Michigan-Flint, USA, v. 41, p. 18-42. 2019

SANT ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 136 p.



SOLÍS, Lilliana Alicia Chacón. QUE SIGNIFICA “EVALUAR” EN MÚSICA? **Revista Electrónica Complutense de Investigación En Educación Musical**, Costa Rica, v. 9, 2012.

SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA: PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS. **Cadernos da Fucamp**, Campinas, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021

SWANWICK, Keith. *Ensinando música musicalmente*. Tradução de Alda Oliveira e Cristina Tourinho. São Paulo: Moderna, 2003.

SCOTT, Sheila J. Rethinking the Roles of Assessment in Music Education. **Sage Journals**, Brandon, v. 98, n. 3, p. 31-35, ago. 2012.

